



Construindo Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo

“O Sucesso dos cotistas: Das Universidades aos Concursos Públicos”

Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do
Senado Federal

Brasília, 24 de setembro de 2013

Marcos legais

- **Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010**

Principais propostas de ações afirmativas

Sistema de Cotas

Adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

Implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do serviço público e o incentivo à adoção de medidas similares em instituições privadas;

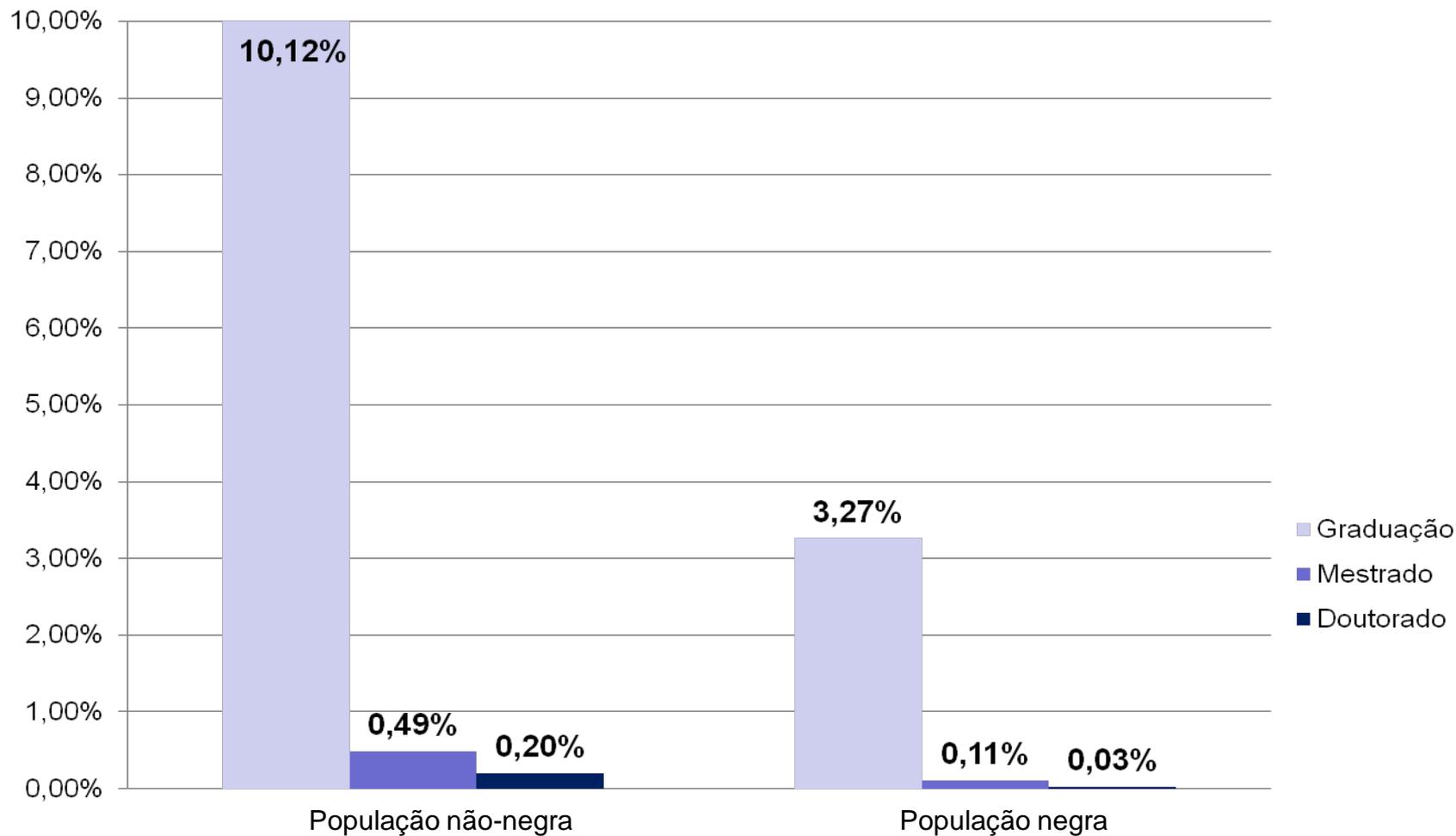
Possibilidade de definição de critérios para ampliação da participação de negros nos cargos em comissão e funções de confiança do serviço público federal.

- **Lei nº 12.711/2012**

Art. 8º: instituições participantes do Sisu 1/2013, reservaram no mínimo 12,5% das vagas ofertadas pelo sistema.

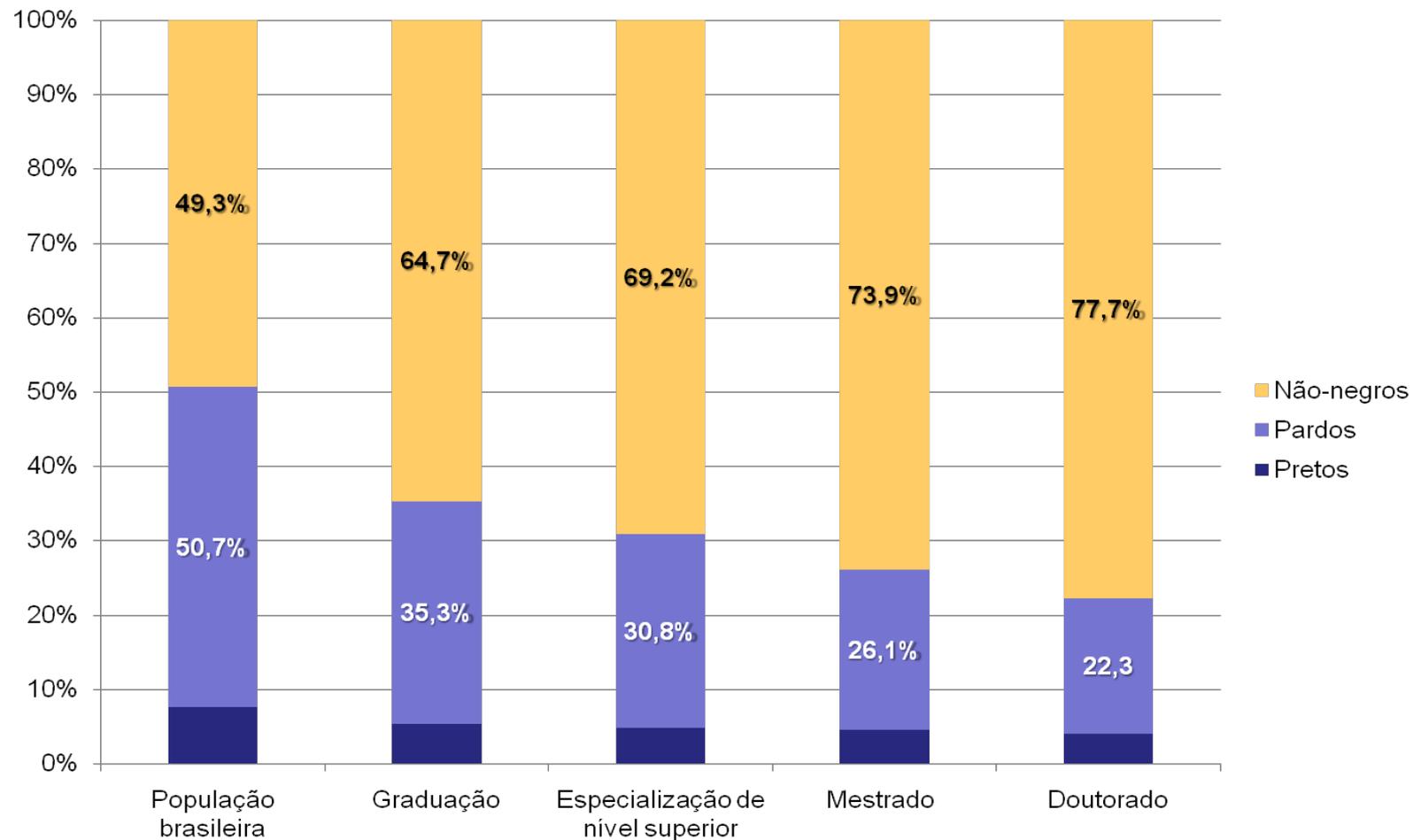
Educação

Porcentagem da população com nível superior completo



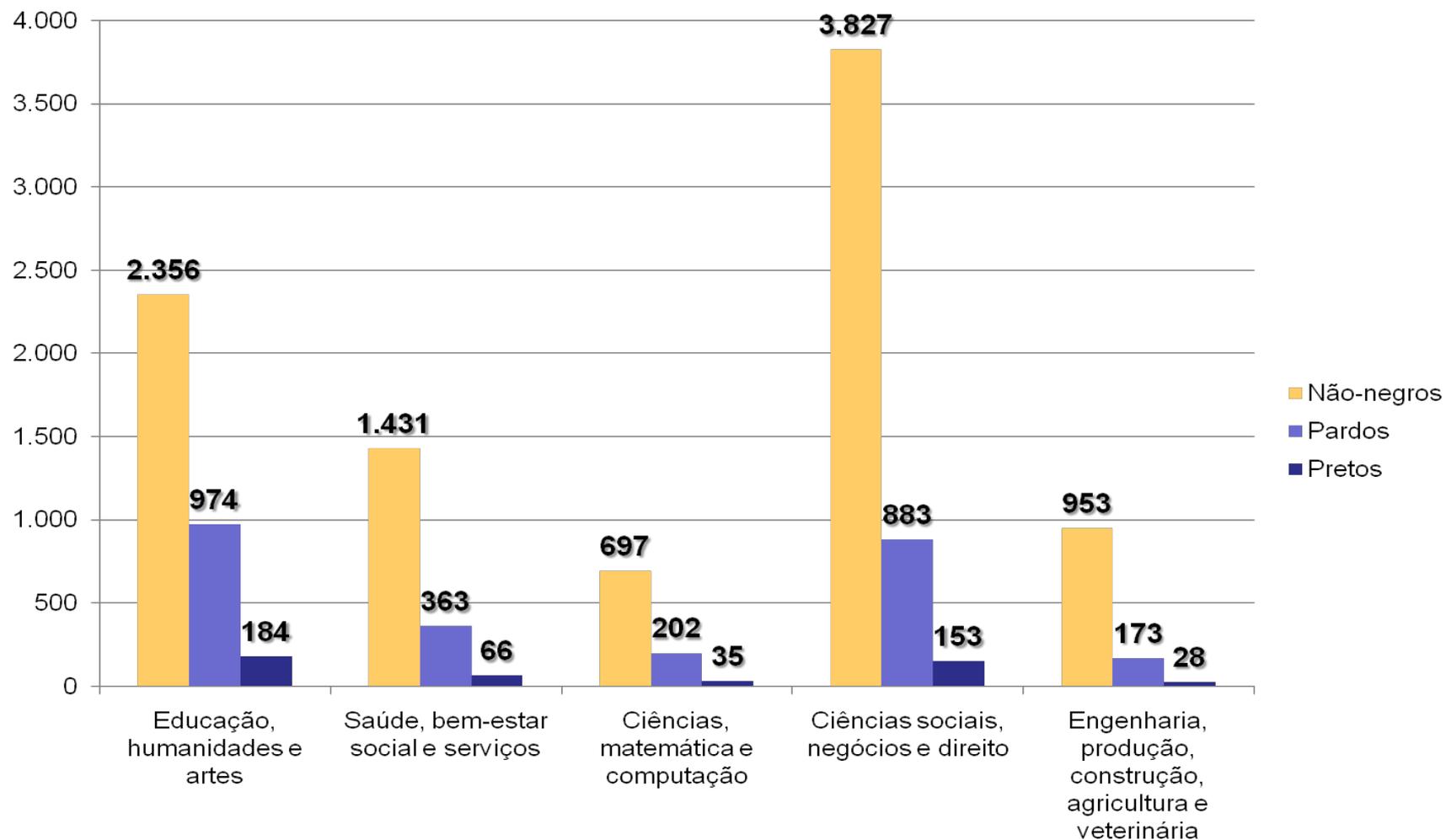
Fonte: Censo 2010

População cursando ensino superior por cor e nível de ensino (por mil estudantes)

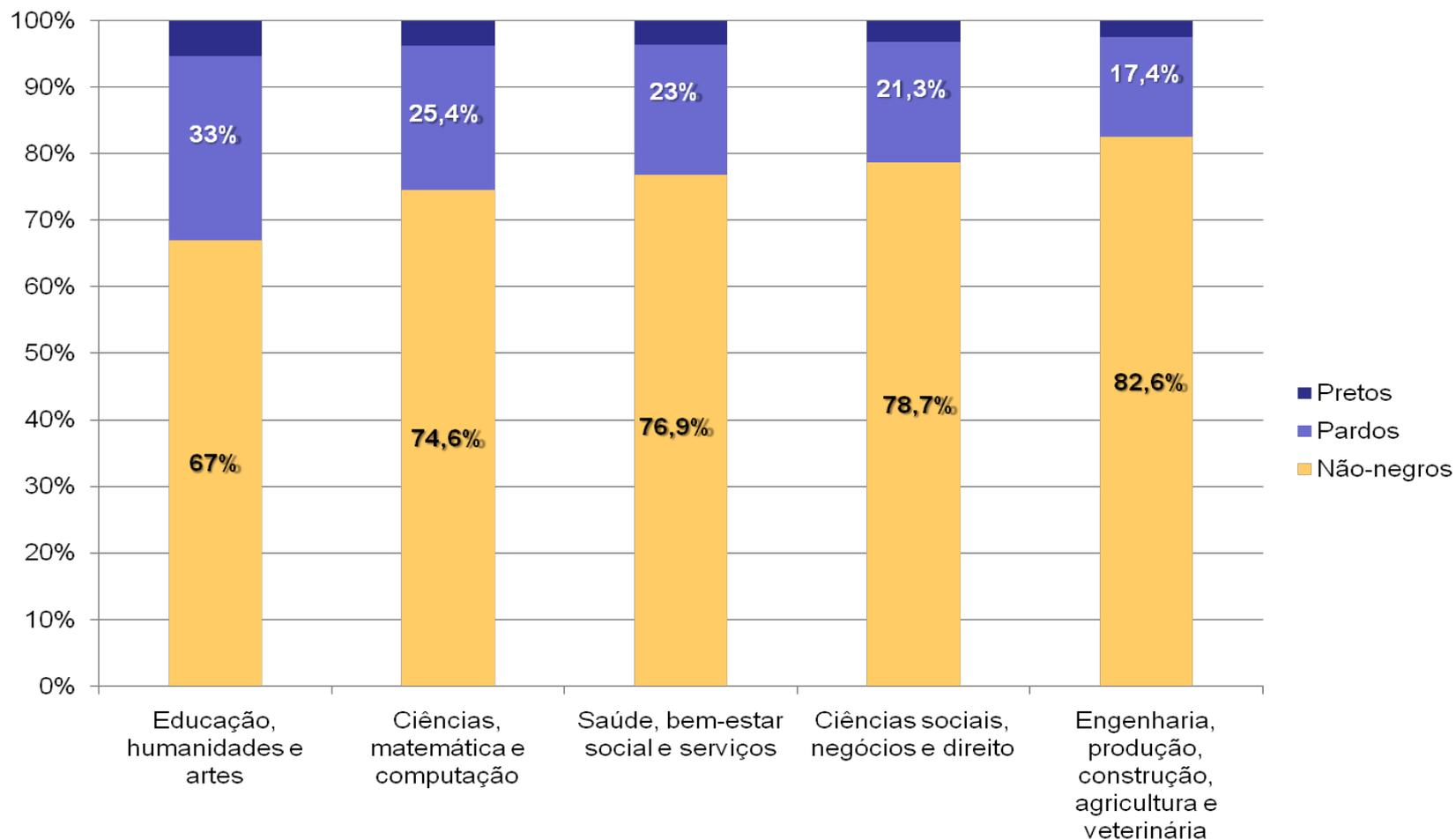


Fonte: Censo 2010

Estudantes segundo grandes áreas, por raça/cor (por mil estudantes)

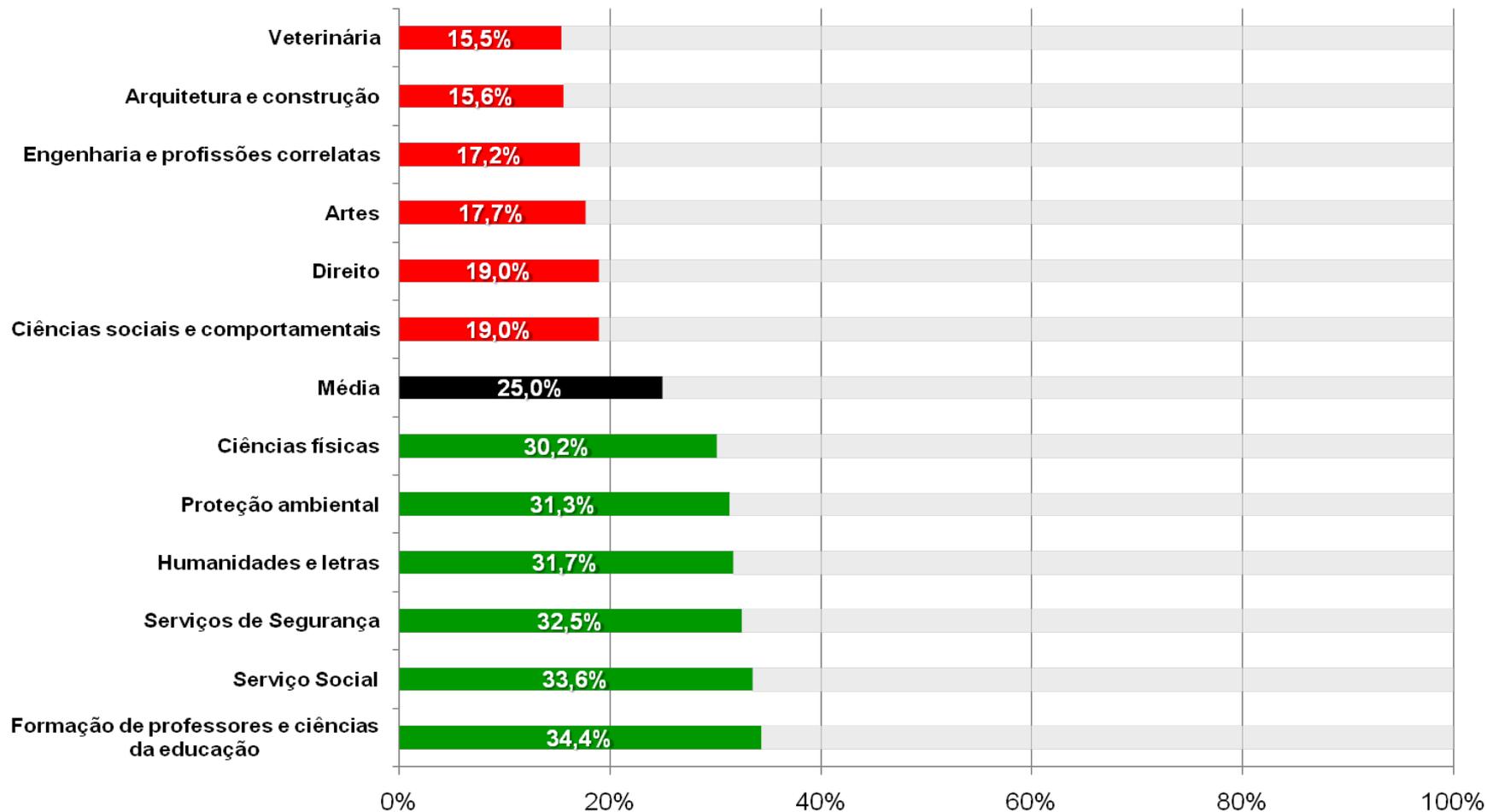


Proporção de estudantes segundo grandes áreas, por raça/cor

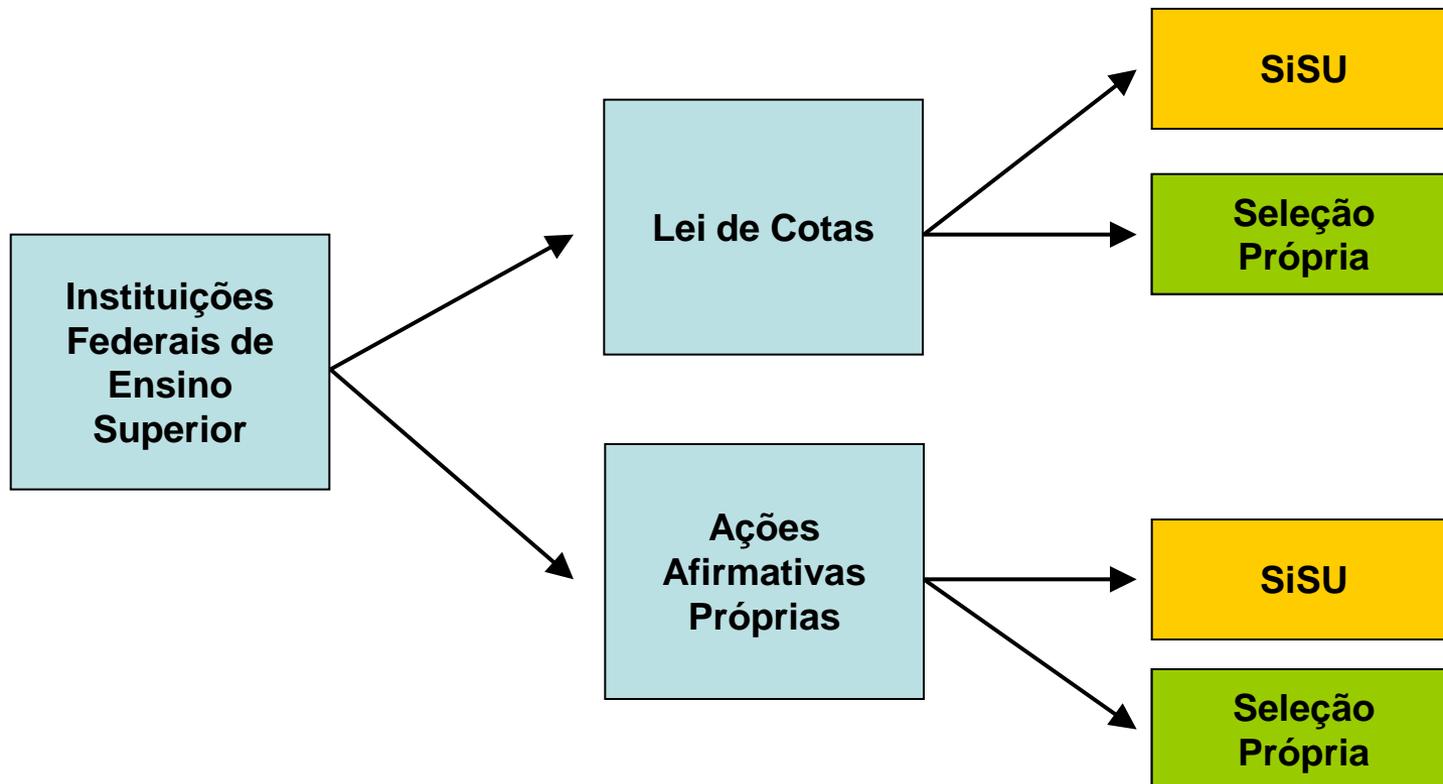


Fonte: Censo 2010

Cursos/áreas selecionados segundo nível de inclusão da população negra



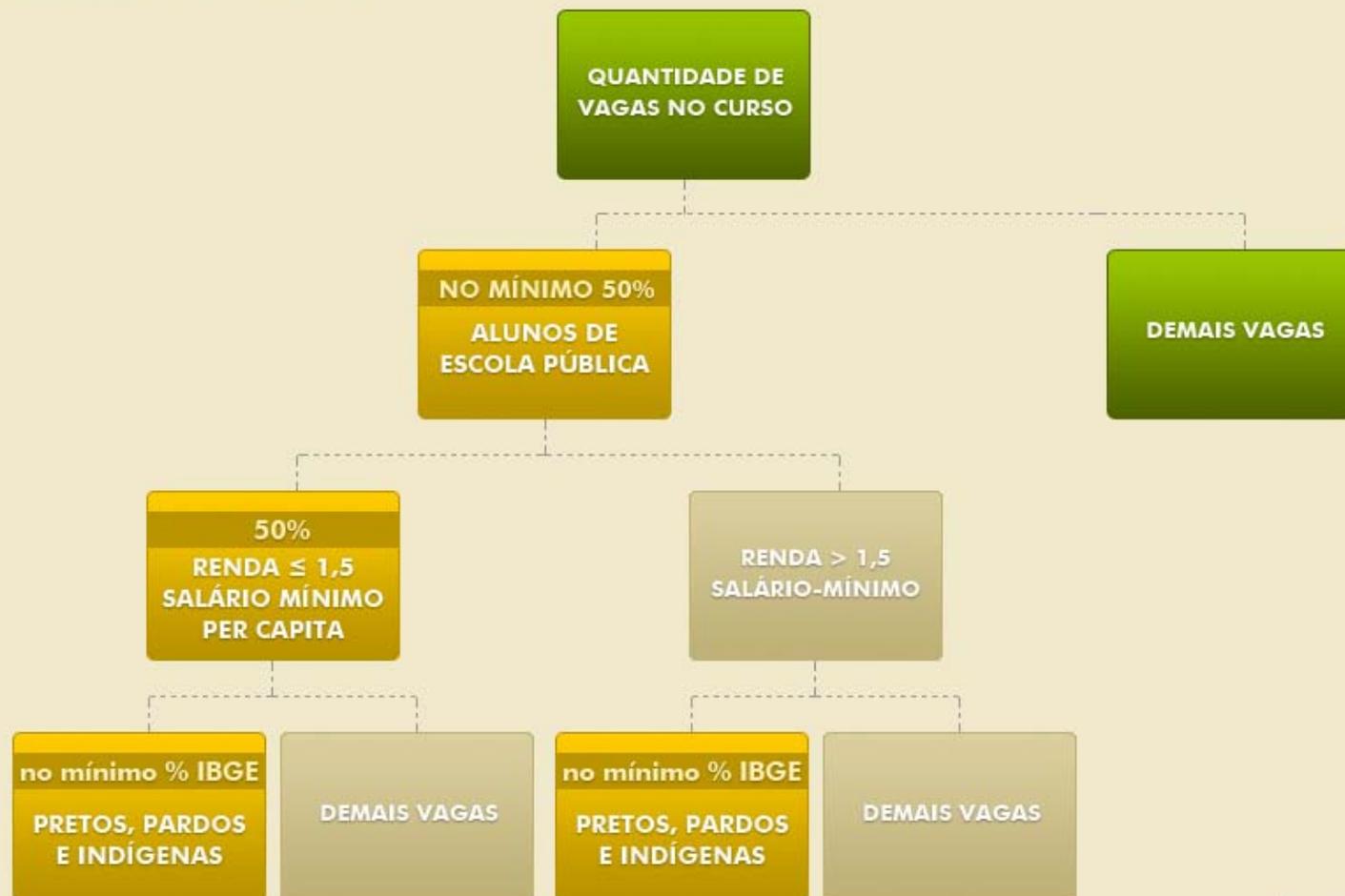
Ações Afirmativas nas IFES



Cálculo do número mínimo das vagas reservadas

Procedimento de aplicação da Lei nº 12.711/2012 sobre o ingresso nas instituições federais de ensino

Clique na caixa abaixo e saiba mais.



VEJA UM EXEMPLO

Ingressos nas IES por tipo de reserva de vaga, 2010

Ainda em relação ao perfil do aluno, considerando-se o universo de ingressos por processo seletivo na graduação presencial, no ano de 2010 são registrados 51.494 ingressos em IES públicas por meio de programa de reserva de vagas, esse total representa um incremento de 41,9% em relação ao ano anterior (2009). O Gráfico 11 apresenta os percentuais correspondentes aos diferentes tipos de programas de reserva de vagas coletados em 2010: 64% procedente do ensino público, 27% étnico, 6% social/renda familiar e 3% restantes para outros programas.

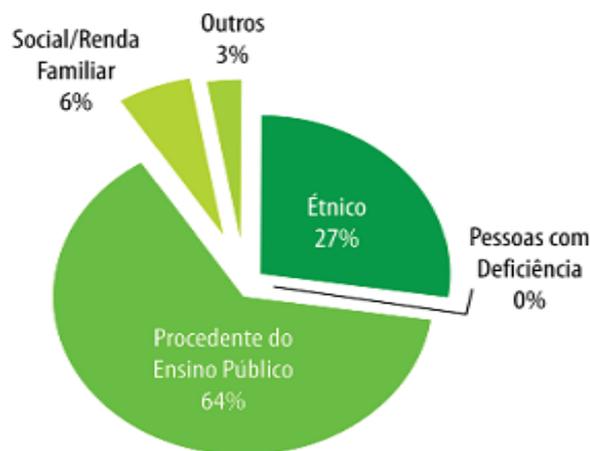
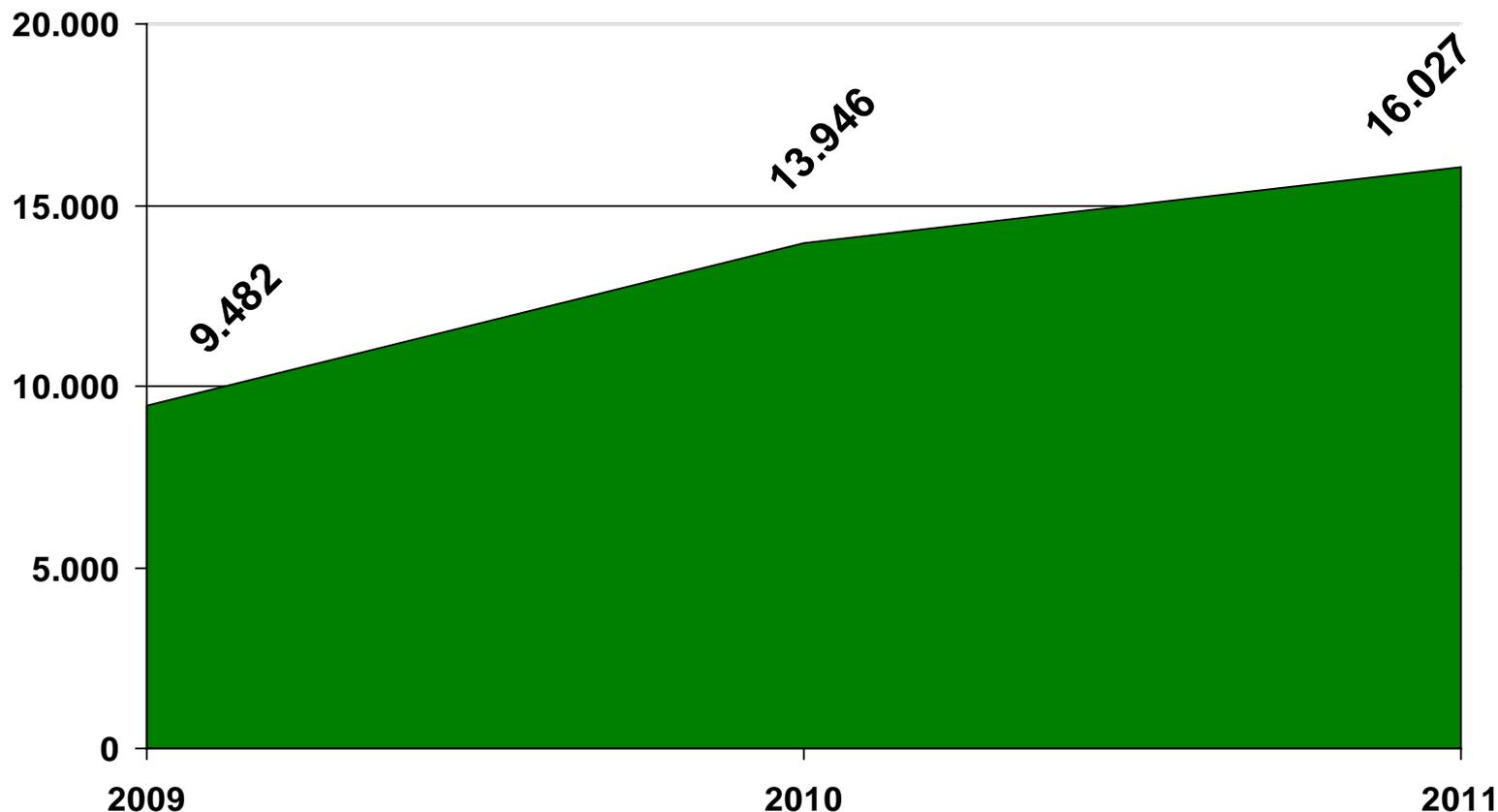


Gráfico 11 – Distribuição do Tipo de Reserva de Vagas – Ingressos por Processo Seletivo das IES Públicas – Graduação Presencial – Brasil – 2010

Fonte: MEC/Inep

Nota: O aluno pode ingressar por mais de um tipo de reserva de vagas.

Ingresso por Reserva de Vagas Étnicas



Obs.: No total, foram 40 mil vagas por cotas étnicas entre 2009 a 2011.

Fonte: Censo da Educação Superior <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>

Inscrições por modalidade de concorrência e número de vagas ocupadas, 2013

INSCRIÇÕES



Inscrições por modalidade de concorrência

Modalidade de concorrência	Nº vagas ofertadas	Nº inscrições	Relação candidato/vaga
Ampla concorrência	82.164	2.202.092	26,8
Lei de cotas	37.147	1.334.425	35,9
Ação afirmativa própria IES	10.008	265.377	26,5
Total	129.319	3.801.894	29,4

Nº de vagas ocupadas (1ª e 2ª chamada)

36.519

18.808

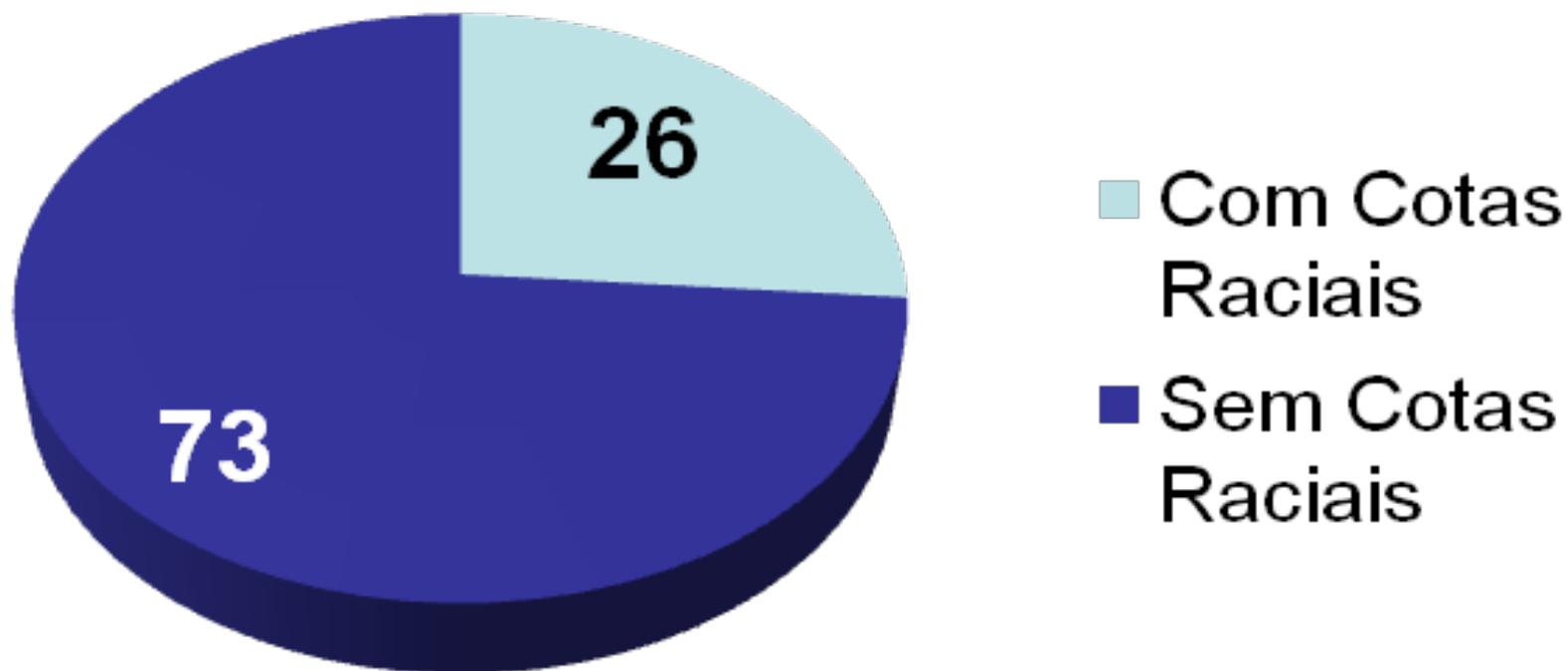
4.504

59.831

Panorama da dinâmica de seleção para ingresso nas IES

- 101 Instituições Públicas (Federais e Estaduais) utilizaram o SiSU.
- 84 IES Federais utilizaram o SiSU 1º/2013 para o preenchimento parcial ou total de vagas.
- 129 mil vagas foram oferecidas via SiSU, sendo 82 mil por ampla concorrência, 37 mil pela “Lei de Cotas” e 10 mil vagas por outras formas de ações afirmativas.
- Com esses dados, calcula-se que foram oferecidas 47 mil vagas por ações afirmativas e estima-se que pelo menos 18 mil vagas por cotas para a população negra.

IFES com cotas raciais - 2011



d) Outros Levantamentos

Levantamento SEPPIR – Maio de 2012

26 Instituições Federais de ensino Superior consultadas

16 IFES responderam (4 por Ofício / 8 por Lei de Acesso a Informação / 4 por ambas)

Informações relevantes:

- Das 6 IFES em que há estipulado prazo para conclusão ou avaliação de continuação, há 1 cuja conclusão/avaliação ocorreria em 2012, 3 em 2014, 1 em 2015 e 1 em 2017.
- Poucas IFES responderam sobre quantidade de processos judiciais contra ações afirmativas. Entre as que responderam, destacam-se UFRGS (119), UFMA (34) e UF São João del Rei (24).
- Há exceção do Programa Odê Ayê da UFAL nenhuma outra IFES apresentou respostas consistentes sobre a existência de Programa/Ação Específico para Cotistas.

Questionário do levantamento constitui boa base para futuros levantamentos.

Mercado de Trabalho

Estados e Municípios que promulgaram leis prevendo cotas para afrodescendentes em seus concursos públicos (pág.2)

Município	Reserva de vagas	Legislação
8 Ituverava (SP)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 3.544/2003
9 Jaboticabal (SP)	20% para negros nos concursos municipais	Lei nº 3.134/2003
10 Jundiá (SP)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 5.745/2002 (alterada pela Lei nº 5.979/2002; Lei nº 6.750/2006; Lei nº 7.209/2008) e Decreto nº 18.667/2002
11 Matão (SP)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 3.576/2004
12 Piracicaba (SP)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 5.202/ 2002 (revogada); Lei nº 6.246/2008
13 Betim (MG)	15% para negros nos concursos municipais	Lei nº 4.119/2005 e Lei nº 4.310/ 2009 Lei nº 4.925/2009 (15/12/2009)
14 Campos Altos (MG)	10% para negros nos concursos municipais	Lei nº 236/2006
15 Contagem (MG)	12% para negros nos concursos municipais	Lei nº 3.829/2004
16 Guaxupé (MG)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 1.585/2003

Estados e Municípios que promulgaram leis prevendo cotas para negros em seus concursos públicos (pág.1)

Estado	Reserva de vagas	Legislação
1. Paraná	10% para negros nos concursos estaduais	Lei nº 14.274/2003 e Lei nº 16.024/2008
2. Mato Grosso do Sul	10% para negros 3% para indígenas nos concursos estaduais	Lei nº 3.594/2008 (alterada pela Lei nº 3.939/2010) e Decreto nº 13.141/2011
3. Rio de Janeiro	20% para negros e indígenas nos concursos públicos do Poder Executivo e das entidades da administração indireta estadual	Decreto nº 43.007/2011 e Lei nº 6.067/2011
Município	Reserva de vagas	Legislação
1 Nova Iguaçu (RJ)	20% para negros e indígenas nos concursos públicos	Decreto nº 9.064/2011
2 Resende (RJ)	20% para negros nos concursos municipais	Lei nº 4.095/2004
3 Rio de Janeiro (RJ)	10% a mulheres negras 10% para os homens negros nos concursos públicos, estágios e peças publicitárias municipais	Lei nº 4.978/2008
4 Vitória (ES)	30% para negros nos concursos municipais	Lei nº 6.225/2004 e Decreto nº 13.249/2007
5 Bebedouro (SP)	20% para negros nos concursos municipais (e reserva vagas para ingresso e bolsas em instituto de nível superior)	Lei nº 3.250/2003
6 Cubatão (SP)	20% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 2.782/2002 e Decreto nº 8.356/2002
7 Itatiba (SP)	25% para negros nos concursos municipais e nas empresas terceirizadas que prestem serviço à Administração	Lei nº 3.798/2005

Estados e Municípios que promulgaram leis prevendo cotas para afrodescendentes em seus concursos públicos (pág.3)

Município	Reserva de vagas	Legislação
17 Criciúma (SC)	20% para negros nos concursos municipais	Lei Complementar n° 32/2004
18 Arroio Grande (RS)	10% para negros nos concursos municipais	Lei n° 2.239/2005
19 Dage (RS)	20% das vagas para os Concursos Públicos Municipais	Lei n° 3.938/2002 e Decreto n° 011/2001*
20 Cachoeira do Sul (RS)	30% para negros nos concursos municipais	Lei n° 3.550/2004
21 Caxias do Sul (RS)	10% para negros nos concursos municipais	Lei n° 6.377/2005* e Decreto n° 13.146/2007
22 Montenegro (RS)	12% para negros nos concursos municipais	Lei n° 4.016/2004
23 Pelotas (RS)	20% para negros nos concursos municipais	Lei n° 4.989/2003
24 Porto Alegre (RS)	12% para negros nos concursos municipais	Lei Complementar n° 494/2003 e Decreto n° 14.288/2003
25 São Leopoldo (RS)	12% para negros nos concursos municipais	Lei n° 5.784/2005 e Decreto n° 4.415/2005
26 Viamão (RS)	44% para negros nos concursos municipais	Lei n° 3.210/2004
27 Araucária (PR)	10% para negros nos concursos municipais	Lei n° 2.070/2009 e Decreto n° 23.523/2010
28 Colombo (PR)	10% para negros nos concursos municipais	Lei n° 1.005/2007
29 Salvador (BA)	30% para negros nos concursos municipais	Lei complementar n° 54/2011